



~~ADENDO~~ PROJETO DE LEI

nº 435/12

Súmula: Altera o artigo 3º da Lei nº 17.152/2012.

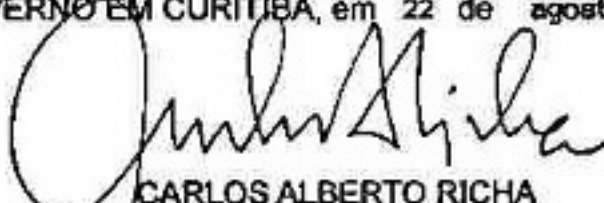
Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 17.152, de 09 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 3º** A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.*

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de agosto de 2012.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17152 - 09 de Maio de 2012

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8710 de 10 de Maio de 2012

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, do Imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, do Município de Curitiba, de Imóvel localizado na Rua XV de novembro, 2765, esquina com a Rua Camões, lotes H-1, H-3 e H-2 do croqui nº 4.777, com 2.333,32 m², contendo um prédio em alvenaria de 457,16 m², conforme descrito na Transcrição sob nº 44.458, do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de assistência social e agência de correio franqueada, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º. A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de maio de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot. 11.000.296-3

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

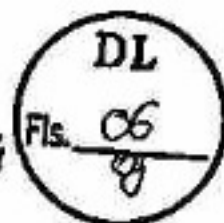


CASA CIVIL





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 435/12

Projeto de Lei nº 435/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 049/2012

Súmula: Altera o art. 3º da Lei nº 17.152/2012 (Imóvel).

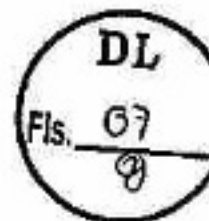
EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.152/2012 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CESSÃO À ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ – ADFP DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTs. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 10 E 65 DA CE, ART. 8º DA LEI ESTADUAL 15.608/07, ART. 17 DA LEI Nº 8.666/93. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 049/2012, visa à alteração da lei nº 17.152 de 09 de maio de 2012 e, tem a finalidade de modificar o prazo de vigência da cessão para o dia 31 de dezembro de 2017.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

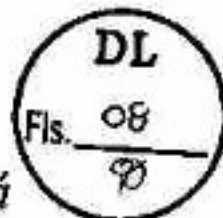
Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 45. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I - De bens imóveis para:

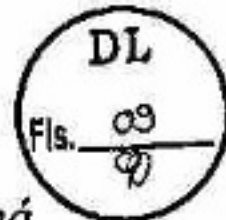
f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17, também, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



1 - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

1) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;
(Redação dada pela Lei nº 17.481, de 2007) (grifo nosso)

Ora, deste modo verifica-se a constitucionalidade e legalidade do referido Projeto de Lei, inclusive porque cessão de uso do imóvel já foi realizada e sancionada através da Lei Estadual nº 17.152 de 10 de maio de 2012 e, neste momento, apenas altera-se o prazo de vigência da referida cessão.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

A

DL
Fls. 10
9

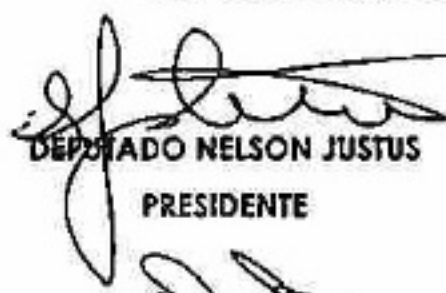



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

unanim 28/08/12



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 435/2012

Projeto de Lei nº 435/2012 – mensagem nº 049/12
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera o artigo 3º da lei nº 17.152/2012 (doação de imóvel).

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 435/12, de autoria do Poder Executivo altera o artigo 3º da lei 17.152/12, a qual refere-se à doação de imóvel à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP do município de Curitiba e instalação de uma agência franqueada dos correios.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 435/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o presente projeto tem por intuito alterar o artigo 3º da referida lei, aumentando a vigência da cessão do imóvel, até 31 de dezembro de 2017, podendo ainda ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

A medida decorre do fato de que, para instalação e operação de uma agência franqueada dos Correios, a empresa exige o prazo mínimo de vigência de 5 anos, sendo que o prazo máximo constado na redação anterior da Lei se reduz a 2 anos e 7 meses.

Cumprindo a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que este projeto possa seguir sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população de Curitiba, é um trabalho pelo bem comum que após análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.


IV - VOTO DO RELATOR

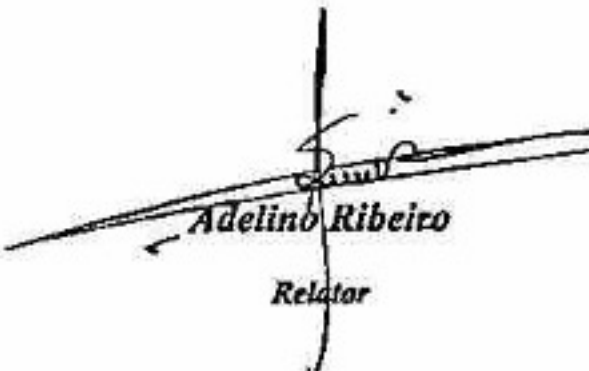
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. O Município de Curitiba estará apenas ganhando com a alteração desta lei, permitindo assim a utilização deste imóvel não somente para trabalhos de assistência social, mas também para o funcionamento da agência franqueada dos correios, uma mobilidade e comodidade para todos em benefício da população.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 435/2012, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de setembro de 2012.


Francisco Bühner
Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro

Relator

DL

Figre à 13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Emenda de Plenário nº	01
DAP	12 SET. 2012
Visto	<i>[assinatura]</i>

PROJETO DE LEI 435/2012
EMENDA SUPRESSIVA Nº 1/2012

Suprime o artigo 2º do Projeto de Lei 435/2012.

Fica suprimido o artigo 2º do Projeto de Lei 435/2012.
Sala das Sessões, 12 de setembro de 2012.

DEPUTADO ESTADUAL
ROSSONI

SCANAVACA

HERNANDES JR

MARA
LIMA

MARIA

ROSE



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI
Nº 435/2012**

Projeto de Lei nº 435/12

Autor da emenda: Deputado Valdir Rossoni.

Súmula: Suprime o artigo 2º do Projeto de Lei 435/2012.

EMENTA: OBJETIVA SUPRIMIR O ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI 435/2012. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar a Lei nº 17.152 de 09 de maio de 2012 que dispõe sobre a cessão à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP do imóvel que especifica, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Supressiva, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Supressiva em tela, com a devida verificação

REGIME DE URGÊNCIA



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva, vide §1º deste mesmo artigo, aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

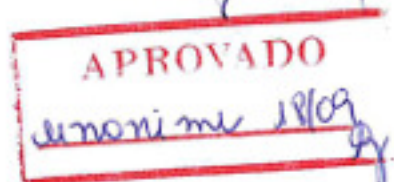
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da referida Emenda Supressiva de Plenário proposta pelo Deputado Estadual Valdir Rossoni, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR











ANTEPROJETO DE LEI

Nº 365/12

Súmula: Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica instituído o Projeto "Remição pela Leitura", nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 12.433 de 29 de junho de 2011.

Art. 2º O Projeto "Remição pela Leitura" tem como objetivo oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leituras e resenhas.

Art. 3º O Projeto "Remição pela Leitura" consiste em oportunizar ao preso custodiado alfabetizado remir parte da pena pela leitura mensal de 01 (uma) obra literária, clássica, científica ou filosófica, livros didáticos, inclusive livros didáticos da área de saúde, dentre outras, previamente selecionadas pela Comissão de Remição pela Leitura e pela elaboração de relatório de leitura ou resenha, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Projeto "Remição pela Leitura" deverá ser integrado a outros projetos de natureza semelhante que venham a ser executados nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná.

Art. 4º Todos os presos custodiados alfabetizados do Sistema Penal do Estado do Paraná, inclusive nas hipóteses de prisão cautelar, poderão participar das ações do Projeto "Remição pela Leitura", preferencialmente aqueles que ainda não têm acesso ou não estão matriculados em Programas de Escolarização.

Art. 5º O Programa para o Desenvolvimento Integrado – PDI-Cidadania e o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN/PR, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), serão



responsáveis pela coordenação das ações do Projeto "Remição pela Leitura", as quais serão implementadas e orientadas pela Coordenadoria de Educação e Qualificação Profissional.

Art. 6º O Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN/PR ser responsável por propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais; por integrar as práticas educativas às rotinas dos Estabelecimentos Penais; por difundir informações incentivando a participação dos presos custodiados alfabetizados nas ações do Projeto "Remição pela Leitura" em todos os Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná.

Art. 7º A Remição pela Leitura será assegurada de forma paritária com a remição concedida ao trabalho e cumulativa, quando envolver a realização paralela das duas atividades, se compatíveis.

Art. 8º A participação do preso custodiado alfabetizado no Projeto "Remição pela Leitura" será voluntária, mediante inscrição no setor de pedagogia do respectivo Estabelecimento Penal.

Art. 9º O preso custodiado alfabetizado integrante das ações do Projeto "Remição pela Leitura" realizará a leitura de 01 (uma) obra literária e elaborará 01 (um) relatório de leitura ou 01 (uma) resenha, o que permitirá remir 04 (quatro) dias da sua pena.

Art. 10 Para fins de remição da pena, o preso custodiado alfabetizado poderá escolher somente 01 (uma) obra literária dentre os títulos selecionados para leitura e elaboração de 01 (um) relatório de leitura ou resenha, a cada 30 (trinta) dias.

§ 1º O relatório de leitura será elaborado pelos presos custodiados alfabetizados de Ensino Fundamental – Fase I e II – conforme modelos fixados pela Comissão de Remição pela Leitura.

§ 2º A resenha – resumo e apreciação crítica – será elaborada pelos presos custodiados alfabetizados de Ensino Médio, Pós Médio, Superior e Pós Superior.

Art. 11 O relatório de leitura ou a resenha deverá ser elaborado individualmente, de forma presencial, em local adequado, providenciado pela Direção do Estabelecimento Penal, e perante professor de língua portuguesa disponibilizado aos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJAs.

Art. 12 Será utilizada a nota 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo considerado aprovado o relatório de leitura ou a resenha que atingir a nota igual ou superior a 6,0 (seis), conforme Sistema de Avaliação adotado pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná – SEED/PR.

Art. 13 Um cronograma mensal será elaborado em cada Estabelecimento Penal



definindo as datas das atividades relacionadas à leitura e elaboração de relatórios de leitura e resenhas.

Art. 14 O acervo bibliográfico indicado pela Comissão de Remição pela Leitura, o qual subsidiará as ações de Remição da Pena por Estudo através da Leitura, será disponibilizado aos Estabelecimentos Penais.

Art. 15 A Comissão de Remição pela Leitura será constituída por profissionais da educação nos Estabelecimentos Penais, composta por:

I – 01 (um) docente de cada Estabelecimento Penal, professor de língua portuguesa, o qual deverá estar disponibilizado ao Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos, instituição responsável pela educação em Estabelecimento Penal;

II – 01 (um) pedagogo de cada Estabelecimento Penal, o qual será responsável pelo acompanhamento do Programa Remição pela Leitura no Estabelecimento Penal ou o pedagogo do Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos responsável pela educação em Estabelecimento Penal;

Parágrafo único. A Comissão de Remição pela Leitura será presidida pela Coordenação de Educação / PDI – Cidadania, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com a atribuição de instituir e orientar os trabalhos dos membros da Comissão.

Art. 16 Os integrantes da Comissão de Remição pela Leitura serão cientificados dos termos do artigo 130, da Lei nº 7.210/84, acerca da possibilidade de constituição de crime por atestar com falsidade um pedido de remição de pena, mediante assinatura de termo de ciência.

Art. 17 A Comissão da Remição pela Leitura será responsável por:

I – relacionar as obras literárias que compõem as ações da Remição da Pena por Estudo através da Leitura;

II – atualizar periodicamente os títulos das obras literárias do acervo das ações da Remição da Pena por Estudo através da Leitura;

III – orientar os presos custodiados alfabetizados sobre como elaborar relatórios de leitura e resenhas;

IV – realizar a orientação de escritas e reescritas de textos para a elaboração dos relatórios de leitura e das resenhas;

V – corrigir a versão final dos relatórios de leitura e das resenhas;

VI – elaborar declaração mensal ou quando solicitada, relativa à leitura das obras



literárias, contendo carga horária e aproveitamento escolar para fins de remição por estudo.

Art. 18 Toda equipe de operadores da execução penal será responsável por zelar pela execução e bom andamento das ações do Projeto "Remição pela Leitura" nos respectivos Estabelecimentos Penais.

Art. 19. O Governo do Estado do Paraná poderá firmar convênios, termos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta para a execução das ações do Projeto "Remição pela Leitura", nos Estabelecimentos Penais do Paraná.

Art. 20 A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, por meio da Coordenação de Educação e Qualificação Profissional / PDI Cidadania, poderá promover exposições, rodas de leitura, concursos literários e outras atividades de enriquecimento cultural, envolvendo os integrantes das ações do Projeto "Remição pela Leitura".

Art. 21 O atestado para fins de remição será expedido pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA, responsável pela oferta de educação no Estabelecimento Penal no qual desenvolve as ações de Remição da Pena por Estudo através da Leitura.

Art. 22 Os relatórios de leitura e resenhas permanecerão arquivados no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA, responsável pela oferta de educação no Estabelecimento Penal no qual desenvolve as ações de Remição da Pena por Estudo através da Leitura até o arquivamento dos autos dos presos custodiados inscritos.

Art. 23 A remição da pena pela leitura será declarada pelo juiz competente para a execução da pena, ouvido o Ministério Público e a defesa.

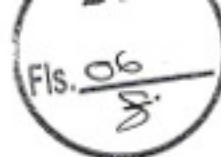
Art. 24 A relação dos dias remidos será disponibilizada ao condenado mensalmente.

Art. 25 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em de de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM
Nº 042 /2012.

Curitiba, 03 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 06/08/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva instituir o Projeto "Remição pela Leitura" nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 12.433 de 29 de junho de 2011.

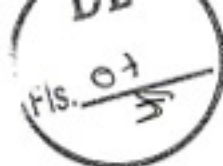
Dentre as diretrizes estabelecidas para o quadriênio 2011/2014, situa-se a transformação das prisões em espaços de aprendizagem com prioridade à educação como direito humano fundamental, à erradicação do analfabetismo e à qualificação profissional dos apenados.

A intenção é para que o(a) interno(a) preso(a) tenha a oportunidade de se engajar no mundo da leitura, pois através dela é possível adquirir novos conhecimentos, ampliar horizontes, viajar sem sair do lugar, conhecer culturas diferentes, melhorar a comunicação e expressão. Como já dizia Monteiro Lobato *"um país se faz com homens e livros"*.

Diante disso e em virtude de convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, apresento, através do anexo anteprojeto de lei, o Projeto "Remição pela Leitura", com vistas a implementá-lo junto aos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJAs das Unidades Penais.


Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.356.336-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



A presente proposição atende ao disposto na Lei Federal nº 12.433/2011, que trata da remição de parte do tempo da execução da pena por estudo e/ou trabalho, bem como fomenta as atividades de leitura conforme Decreto Presidencial nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 365/2012

Projeto de Lei nº. 365/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 042/12

Súmula: Institui o projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O PROJETO “REMIÇÃO PELA LEITURA” NO ÂMBITO DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade instituir o projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 10

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 11

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito penitenciário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifos nossos).

Ademais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 12

VI - **dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;**

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões;

de agosto de 2012.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Deputado Ademair Traiano
Relator

APROVADO

denominação 14108



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 365/2012

SÚMULA: Institui o projeto "Remissão pela Leitura" no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná.

I – SÍNTESE

O Poder Executivo do Estado do Paraná propôs o Projeto de Lei nº 365/2012, visando instituir "remissão pela leitura", no âmbito do sistema prisional paranaense.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Ademar Traiano, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. Tão logo aprovado na CCJ, foi remetido a esta Comissão de Cultura, para manifestação acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

[Assinaturas manuscritas]



É certo que o projeto em epígrafe trata de fomento e desenvolvimento de atividades culturais, quando leva a leitura ao acesso dos presos, oportunizando desenvolvimento intelectual, compatível com a gama infindável de temas encontráveis nos livros. A leitura amplia o campo de perspectivas dos custodiados, trazendo novas ambições, que fogem à marginalidade típica de povos com educação frágil, ensejando a real recuperação de criminosos.

Do ponto de vista de iniciativa para proposição de lei e da competência para a edição da norma, não se visualiza qualquer óbice, notadamente quando o artigo 24 da Constituição Federal, estipula competência legislativa concorrente no que toca à matéria penitenciária. A Constituição do Estado do Paraná reproduz a norma pátria suprema, nos seguintes termos:

Art. 13. *Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ademais, a matéria em comento toca ao sistema penitenciário estadual, trazendo aspectos típicos à organização do Poder Executivo, o que não deixa qualquer dúvida quanto a higidez da iniciativa ofertada pelo Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87 da Constituição Estadual:

Art. 66. *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

(...)

IV - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. *Compete privativamente ao Governador:*

(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.



Quanto ao mérito do projeto do ponto de vista cultural, não há qualquer óbice constatável. Isso porque, a diminuição da criminalidade passa, necessariamente, por desenvolvimento substancial da educação e cultura, de forma preventiva, com investimentos na qualidade do ensino básico ao superior. Mas de forma paralela, clama pela inclusão de cidadãos, que por circunstâncias de uma história civil segregadora, não gozaram de oportunidades educacionais e culturais mínimas, que os afastassem da criminalidade.

O tratamento humano, dado a quaisquer cidadãos, inclusive àqueles infratores da ordem social, prestigia a dignidade da pessoa humana¹, bem como proclama a vigência da igualdade real², princípios caros ao ordenamento constitucional brasileiro.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Isso porque no que diz à cognição dessa Comissão de Cultura, o incentivo ao incremento intelectual e cultural, converge em verdadeiro dever do estado.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215³ da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

III – CONCLUSÃO

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

² Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)

³ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

R 7 B. ✓



Pelo exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.



DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO CARLI
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 365/12

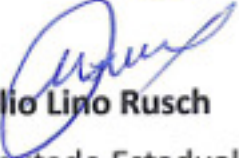
Em exame o Projeto de Lei nº 365/12, Mensagem nº 042/12, de autoria do Poder Executivo, que institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, em consonância ao Parecer emitido pela Promotoria do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais (CAOP), informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.


Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 17/09/2012


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Elio Lino Rusch
Deputado Estadual
Relator


ADENIR BIERI


ADENIR BIERI


ADENIR BIERI



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI

469/12

SÚMULA: Cria a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criada a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, com sede no município de mesmo nome, alterando-se os Anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.

§ 1º O município de Pontal do Paraná é desmembrado da Comarca de Matinhos, de entrância intermediária.

§ 2º A Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, passa a pertencer à jurisdição das Varas de Execução Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, alterando os Anexos V, e IX, Tabela I, da Lei mencionada no art. 1º.

Art. 3.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Comarca de Pontal do Paraná, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 4.º Ficam criados no Foro Extrajudicial da Comarca de Pontal do Paraná, os seguintes serviços notariais e de registro, constantes do anexo IV da Lei mencionada no art. 1º.

I – Tabelionato de protestos de títulos;

II - Serviço de registro de imóveis;

III – Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

Art. 5.º Fica transformado o Serviço Distrital de Pontal do Paraná em Tabelionato de notas da Comarca de Pontal do Paraná, acumulando,



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



precariamente, o Tabelionato de protestos de títulos, alterando-se o Anexo IV da Lei mencionada no art. 1º.

Art. 6.º A 59ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Guaratuba, de entrância intermediária, é integrada pelas Comarcas de Matinhos, de entrância intermediária, e de Pontal do Paraná, de entrância inicial.

Art. 7.º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Comarca de Pontal do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 27 de agosto de 2012.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 242.964/2011-TJPR, tem por finalidade criar a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, desmembrando dito município da Comarca de Matinhos.

A nova Comarca terá como sede o Município de Pontal do Paraná, atualmente pertencente à Comarca de entrância intermediária de Matinhos.

A criação tem por objetivo a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e distribuir o volume de serviços para a nova Comarca de Pontal do Paraná, desafogando a Comarca de Matinhos, de entrância intermediária.

A presente proposta altera os Anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Esta proposição, de criação da Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, contou com aprovação da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, em sessão realizada em 23 de abril de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Comarca de Pontal do Paraná são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, sendo que as despesas decorrentes correrão por conta do Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942/2008, com um custo aproximado de R\$ 188.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 464.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 488.000,00 para o exercício de 2014.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e do cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$ 180.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 474.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 528.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.




Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011. 

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL					
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	Andaraí	39	Rio Branco do Sul	1	Alto Paraná	39	Mariândia do Sul	77	Tomazina
I	Foro Central de Curitiba	2	Antonina	40	Rio Negro	2	Alto Piquiri	40	Marmeleiro	78	Ubiratã
II	Foro Regional de Amiranite Tamandaré	3	Assaí	41	Santo Antônio da Platina	3	Altônia	41	Morretes	79	Uraí
III	Foro Regional de Araucária	4	Assis Chateaubriand	42	Santo Antonio do Sudoeste	4	Ampére	42	Nova Fátima	80	Xambêre
IV	Foro Regional de Campina Grande do Sul	5	Astorga	43	São Mateus do Sul	5	Arapoti	43	Nova Londrina		
V	Foro Regional de Campo Largo	6	Bandeirantes	44	Telêmaco Borba	6	Barbosa Ferraz	44	Orlândia		
VI	Foro Regional de Colombo	7	Bela Vista do Paraíso	45	Wenceslau Braz	7	Barracão	45	Palmeira		
VII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	8	Capitânia			8	Bocaiuva do Sul	46	Palmital		
VIII	Foro Regional de Pinhais	9	Castro			9	Cambará	47	Paraisópolis do Norte		
IX	Foro Regional de Piraquara	10	Chopinzinho			10	Campina da Lagoa	48	Paranaçty		
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11	Colorado			11	Cândido de Abreu	49	Pérola		
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Corbélia			12	Cantagalo	50	Pinhão		
I	Foro Central de Londrina	13	Cornélio Procopio			13	Capitão Leônidas Marques	51	Piraí do Sul		
II	Foro Regional de Cambé	14	Cruzeiro do Oeste			14	Carlópolis	52	Pontal do Paraná		
III	Foro Regional de Ipirorã	15	Dona Vizinhas			15	Calanduiuas	53	Primeiro de Maio		
IV	Foro Regional de Rolândia	16	Goioerê			16	Centenário do Sul	54	Realiza		
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Guaíra			17	Cerro Azul	55	Rebouças		
I	Foro Central de Maringá	18	Guaratuba			18	Cidade Gaúcha	56	Reserva		
II	Foro Regional de Mandaguaiçu	19	Ibatí			19	Clevelândia	57	Ribeirão Claro		
III	Foro Regional de Mandaguari	20	Itaí			20	Congonhinhas	58	Ribeirão do Pinhal		
IV	Foro Regional de Marialva	21	Ivaiporã			21	Coronel Vívda	59	Salto do Lontra		
V	Foro Regional de Sarandi	22	Jacarezinho			22	Curitiba	60	Santa Fé		
VI	Foro Regional de Nova Esperança	23	Jaguariaíva			23	Engenheiro Beltrão	61	Santa Helena		
4	Apucarana	24	Jandaia do Sul			24	Faxinal	62	Santa Izabel do Ivaí		
5	Arapongas	25	Lapa			25	Formosa do Oeste	63	Santa Mariana		
6	Campo Mourão	26	Laranjeiras do Sul			26	Grandes Rios	64	São Jerônimo da Serra		
7	Cascavel	27	Loanda			27	Guaraniaçu	65	São João		
8	Cianorte	28	Marechal Cândido Rondon			28	Icaraima	66	São João do Ivaí		
9	Foz do Iguaçu	29	Matelândia			29	Imbituva	67	São João do Triunfo		
10	Francisco Beltrão	30	Matinhos			30	Ipiranga	68	São Miguel do Iguaçu		
11	Guarapuava	31	Medianeira			31	Iporã	69	Sengels		
12	Paraguai	32	Palmas			32	Iretama	70	Sertãoópolis		
13	Paranaíval	33	Palotina			33	Jaguapitã	71	Siqueira Campos		
14	Pato Branco	34	Peabiru			34	Josquim Távora	72	Teixeira Soares		
15	Ponta Grossa	35	Pitanga			35	Maillet	73	Terra Boa		
16	Toledo	36	Porecatu			36	Mamborê	74	Terra Rica		
17	Umuarama	37	Prudentópolis			37	Mangueirinha	75	Terra Roxa		
18	União da Vitória	38	Quedas do Iguaçu			38	Manoel Ribas	76	Tibagi		

DL
Fs. 07

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
59ª	GUARATUBA	GUARATUBA	INTERM	1		1
		Matinhos	INTERM			0
		Pontal do Paraná	INICIAL			0

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
81	Matinhos		Matinhos		
102	Pontal do Paraná		Pontal do Paraná		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

...	
MATINHOS - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos	
Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	
...	
PONTAL DO PARANÁ - Comarca de Entrância Inicial	
FORO JUDICIAL	
Juízo Único	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos	
Serviço de registro de imóveis	
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	
...	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....									
1ª INSTÂNCIA									
.....									
Pontal do Paraná	Inicial			1				1	
.....									

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS
ANEXO VIII

Nº	JURISDIÇÃO DA VEP DE CURITIBA	JURISDIÇÃO DA VEP DE CASCAVEL	JURISDIÇÃO DA VEP DE FRANCISCO BELTRÃO	JURISDIÇÃO DA VEP DE FOZ DO IGUAÇU	JURISDIÇÃO DA VEP DE GUARAPUAVA	JURISDIÇÃO DA VEP DE LONDRINA	JURISDIÇÃO DA VEP DE MARINGÁ	JURISDIÇÃO DA VEP DE CRUZEIRO DO OESTE	JURISDIÇÃO DA VEP DE PONTA GROSSA
1	Almirante Tamandaré	Campina da Lagoa	Ampére	Assis Chateaubriand	Cândido de Abreu	Andirá	Alto Paraná	Alto Piquiri	Arapoti
2	Anterinha	Capitão Leônidas Marques	Barracão	Formosa do Oeste	Caratigali	Apucarana	Astorga	Altônia	Castro
3	Araucária	Cascavel	Capenema	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Arapongas	Barbosa Ferraz	Campo Mourão	Curiúva
4	Bocaiuva do Sul	Catanduvas	Clevalândia	Marcelino Candido Rondon	Irati	Assaí	Colorado	Cianorte	Imbituva
5	Campina Grande do Sul	Corbélia	Chopinzinho	Matelândia	Irelma	Blancineiras	Engenheiro Beltrão	Cidade Gaúcha	Ipiranga
6	Campo Largo	Guaraniaçu	Coronel Vivida	Medianeira	Mallet	Sela Vista do Paraíso	Jandara do Sul	Cruzeiro do Oeste	Jaguariaíva
7	Cerro Azul	Laranjeiras do Sul	Dois Vizinhos	Palotina	Manoel Ribas	Cambará	Mandaguaiçu	Goioerê	Ortigueira
8	Colombo	Quedas do Iguaçu	Francisco Beltrão	Santa Helena	Palmat	Cambe	Mandaguari	Guaíra	Palmeira
9	Curitiba	Toledo	Mangueirinha	São Miguel do Iguaçu	Pinhão	Caríópolis	Marilva	Icaraima	Piraí do Sul
10	Fazenda Rio Grande		Marmeleiro	Ubatuba	Pitanga	Centenário do Sul	Maringá	Iporã	Ponta Grossa
11	Guaratuba		Palmas		Prudentópolis	Concórdia	Nova Esperança	Loanda	Sengels
12	Lapa		Pato Branco		Rebouças	Cornélio Procopio	Nova Londrina	Mamborê	Siqueira Campos
13	Matinhos		Realiza		Reserva	Faxinal	Paraisópolis do Norte	Peabiru	Telêmaco Soares
14	Morretes		São João do Ivaí		São João do Triunfo	Grandes Rios	Paranacity	Pérola	Telêmaco Borba
15	Paranaguá		Santo Antônio do Sul		São Mateus do Sul	Itaipó	Paranavai	Santa Izabel do Ivaí	Tibagi
16	Pinhais		São João		União da Vitória	Itaipó	Santa Fé	Terra Roxa	Tomazina
17	Piraquara					Itaipó	São João do Ivaí	Umuarama	Wenceslau Braz
18	Pontal do Paraná					Jacarezinho	Sarandi	Xambrê	
19	Rio Branco do Sul					Jaguapitã	Terra Boa		
20	Rio Negro					Joaquim Távora	Terra Rica		
21	São José dos Pinhais					Londrina			
22						Marilândia do Sul			
23						Nova Fátima			
24						Porecatu			
25						Primeira de Maio			
26						Ribeirão Claro			
27						Ribeirão do Pinhal			
28						Rolândia			
29						Santa Mariana			
30						Santo Antônio da Platina			
31						São Jerônimo da Serra			
32						Sertãozinho			
33						Uraí			

DL
Fis. 12

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
Pontal do Paraná			1				1



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

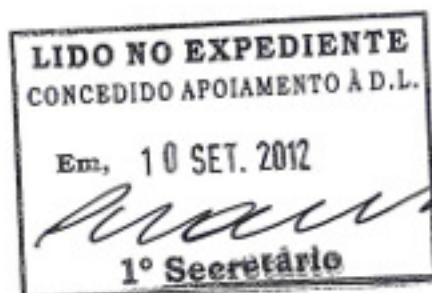
DL
Fls. 14

Curitiba, 27 de agosto de 2012.
Of. nº 1203/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 30/08/2012.

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



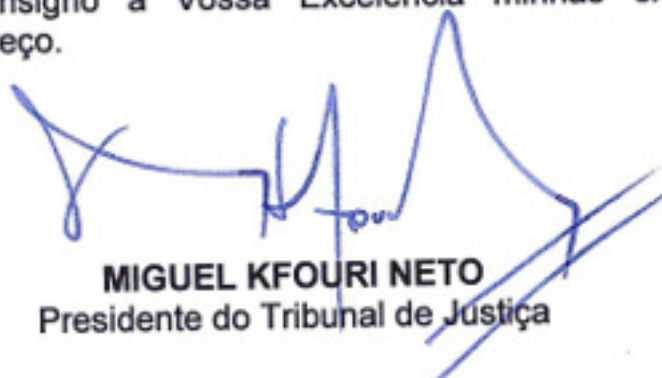
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Comarca de Pontal do Paraná, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL									
ANEXO I									
COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL			
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	Andaraí	36	Paratobi	1	Ita Paraná	38	Ita Paraná
I	Foro Central de Curitiba	2	Antonina	37	Paratobi	2	Ita Paraná	39	Ita Paraná
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3	Assaí	38	Paratobi	3	Ita Paraná	40	Ita Paraná
III	Foro Regional de Araucária	4	Araucária	39	Paratobi	4	Ita Paraná	41	Ita Paraná
IV	Foro Regional de Cascina Grande do Sul	5	Assaí	40	Paratobi	5	Ita Paraná	42	Ita Paraná
V	Foro Regional de Campo Largo	6	Assaí Chuteauvrent	41	Paratobi	6	Ita Paraná	43	Ita Paraná
VI	Foro Regional de Colombo	7	Assaí	42	Paratobi	7	Ita Paraná	44	Ita Paraná
VII	Foro Regional de Foz de Iguaçu	8	Assaí	43	Paratobi	8	Ita Paraná	45	Ita Paraná
VIII	Foro Regional de Pinhais	9	Bela Vista de Pato	44	Rio Branco do Sul	9	Campana da Lagoa	46	Ita Paraná
IX	Foro Regional de Piraquara	10	Campo Lido	45	Rio Negro	10	Cândido de Abreu	47	Ita Paraná
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11	Capitão	46	Santa Antônio da Platina	11	Campana	48	Ita Paraná
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Castro	47	Santa Antônio da Platina	12	Capitão	49	Ita Paraná
I	Foro Central de Londrina	13	Chaplinópolis	48	São Mateus do Sul	13	Carlópolis	50	Ita Paraná
II	Foro Regional de Cambé	14	Curitiba	49	Treze de Maio	14	Carlópolis	51	Ita Paraná
III	Foro Regional de Ibiporã	15	Colombo	50	Treze de Maio	15	Carlópolis	52	Ita Paraná
IV	Foro Regional de Rolândia	16	Comitê Procrio	51	União da Vitória	16	Serra Azul	53	Ita Paraná
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Cruzina de Oeste	52	Wanderley	17	Colado Goleto	54	Ita Paraná
I	Foro Central de Maringá	18	Deus Vemha			18	Colado Goleto	55	Ita Paraná
II	Foro Regional de Mandaguari	19	Francisco Beltrão			19	Conceição das	56	Ita Paraná
III	Foro Regional de Mandaguari	20	Georci			20	Conceição	57	Ita Paraná
IV	Foro Regional de Marialva	21	Ita Paraná			21	Conceição	58	Ita Paraná
V	Foro Regional de Sarandi	22	Ita Paraná			22	Conceição	59	Ita Paraná
4	Comarca da Região Metropolitana de Ponta Grossa	23	Ita Paraná			23	Engenheiro Beltrão	60	Ita Paraná
I	Foro Central de Ponta Grossa	24	Ita Paraná			24	Engenheiro Beltrão	61	Ita Paraná
II	Foro Regional de Curitiba	25	Ita Paraná			25	Engenheiro Beltrão	62	Ita Paraná
III	Foro Regional de Curitiba	26	Ita Paraná			26	Engenheiro Beltrão	63	Ita Paraná
IV	Foro Regional de Curitiba	27	Ita Paraná			27	Engenheiro Beltrão	64	Ita Paraná
V	Foro Regional de Curitiba	28	Ita Paraná			28	Engenheiro Beltrão	65	Ita Paraná
VI	Foro Regional de Curitiba	29	Ita Paraná			29	Engenheiro Beltrão	66	Ita Paraná
VII	Foro Regional de Curitiba	30	Ita Paraná			30	Engenheiro Beltrão	67	Ita Paraná
VIII	Foro Regional de Curitiba	31	Ita Paraná			31	Engenheiro Beltrão	68	Ita Paraná
IX	Foro Regional de Curitiba	32	Ita Paraná			32	Engenheiro Beltrão	69	Ita Paraná
X	Foro Regional de Curitiba	33	Ita Paraná			33	Engenheiro Beltrão	70	Ita Paraná
XI	Foro Regional de Curitiba	34	Ita Paraná			34	Engenheiro Beltrão	71	Ita Paraná
XII	Foro Regional de Curitiba	35	Ita Paraná			35	Engenheiro Beltrão	72	Ita Paraná
XIII	Foro Regional de Curitiba	36	Ita Paraná			36	Engenheiro Beltrão	73	Ita Paraná
XIV	Foro Regional de Curitiba	37	Ita Paraná			37	Engenheiro Beltrão	74	Ita Paraná
XV	Foro Regional de Curitiba	38	Ita Paraná			38	Engenheiro Beltrão	75	Ita Paraná
XVI	Foro Regional de Curitiba	39	Ita Paraná			39	Engenheiro Beltrão	76	Ita Paraná
XVII	Foro Regional de Curitiba	40	Ita Paraná			40	Engenheiro Beltrão	77	Ita Paraná
XVIII	Foro Regional de Curitiba	41	Ita Paraná			41	Engenheiro Beltrão	78	Ita Paraná
XIX	Foro Regional de Curitiba	42	Ita Paraná			42	Engenheiro Beltrão	79	Ita Paraná
XX	Foro Regional de Curitiba	43	Ita Paraná			43	Engenheiro Beltrão	80	Ita Paraná
XXI	Foro Regional de Curitiba	44	Ita Paraná			44	Engenheiro Beltrão	81	Ita Paraná
XXII	Foro Regional de Curitiba	45	Ita Paraná			45	Engenheiro Beltrão	82	Ita Paraná
XXIII	Foro Regional de Curitiba	46	Ita Paraná			46	Engenheiro Beltrão	83	Ita Paraná
XXIV	Foro Regional de Curitiba	47	Ita Paraná			47	Engenheiro Beltrão	84	Ita Paraná
XXV	Foro Regional de Curitiba	48	Ita Paraná			48	Engenheiro Beltrão	85	Ita Paraná
XXVI	Foro Regional de Curitiba	49	Ita Paraná			49	Engenheiro Beltrão	86	Ita Paraná
XXVII	Foro Regional de Curitiba	50	Ita Paraná			50	Engenheiro Beltrão	87	Ita Paraná
XXVIII	Foro Regional de Curitiba	51	Ita Paraná			51	Engenheiro Beltrão	88	Ita Paraná
XXIX	Foro Regional de Curitiba	52	Ita Paraná			52	Engenheiro Beltrão	89	Ita Paraná
XXX	Foro Regional de Curitiba	53	Ita Paraná			53	Engenheiro Beltrão	90	Ita Paraná
XXXI	Foro Regional de Curitiba	54	Ita Paraná			54	Engenheiro Beltrão	91	Ita Paraná
XXXII	Foro Regional de Curitiba	55	Ita Paraná			55	Engenheiro Beltrão	92	Ita Paraná
XXXIII	Foro Regional de Curitiba	56	Ita Paraná			56	Engenheiro Beltrão	93	Ita Paraná
XXXIV	Foro Regional de Curitiba	57	Ita Paraná			57	Engenheiro Beltrão	94	Ita Paraná
XXXV	Foro Regional de Curitiba	58	Ita Paraná			58	Engenheiro Beltrão	95	Ita Paraná
XXXVI	Foro Regional de Curitiba	59	Ita Paraná			59	Engenheiro Beltrão	96	Ita Paraná
XXXVII	Foro Regional de Curitiba	60	Ita Paraná			60	Engenheiro Beltrão	97	Ita Paraná
XXXVIII	Foro Regional de Curitiba	61	Ita Paraná			61	Engenheiro Beltrão	98	Ita Paraná
XXXIX	Foro Regional de Curitiba	62	Ita Paraná			62	Engenheiro Beltrão	99	Ita Paraná
XL	Foro Regional de Curitiba	63	Ita Paraná			63	Engenheiro Beltrão	100	Ita Paraná

64020912

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 1

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA / FORO	SEÇÃO	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
1ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL			
5ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	Seção Única	FINAL		12	12
	I Foro Central de Londrina		FINAL			
	II Foro Regional de Cambé		FINAL			
	III Foro Regional de Ibiporã		FINAL			
	IV Foro Regional de Rolândia		FINAL			
6ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	Seção Única	FINAL		10	10
	I Foro Central de Maringá		FINAL			
	II Foro Regional de Mandaguari		FINAL			
	III Foro Regional de Mandaguari		FINAL			
	IV Foro Regional de Marialva		FINAL			
	V Foro Regional de Sarandi		FINAL			
	VI Foro Regional de Nova Esperança		FINAL			

64020912

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juz. Subst.	Juz. de Direito Subst.	TOTAL
	Cambé	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA				
	Ibiporã	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA				
	Londrina	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA				
	Mandaguapé	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ				
	Mandaguari	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ				
	Mariaiva	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ				
	Maringá	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ				
	Rolândia	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA				
	Sarandi	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ				
	Nova Esperança	TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ				
22ª	ASSAÍ	ASSAÍ	INTERM.	1		1
		São Jerônimo da Serra	INICIAL			
32ª	BELA VISTA DO PARAÍSO	BELA VISTA DO PARAÍSO	INTERM.	1		1
		Primeiro de Maio	INICIAL			
		Sertãozinho	INICIAL			
39ª	COLORADO	COLORADO	INTERM.	1		1
		Paranacity	INICIAL			

6/8/2012

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO II - TABELA 1

Nº	COMARCA / FORO	Nº	Sede / Serviço Distrital Municipal	Nº	Serviço Distrital Não Municipal
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba				
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina				
	I - Foro Central de Londrina	17	Londrina	32	Guaraveia
				33	Ivaí
				34	Lima Verde
				35	Palmeira
				36	São Luís
				37	Maravilha
				38	Warta
		18	Tamara		
	II - Foro Regional de Cambé	19	Cambé		
	III - Foro Regional de Ibiporã	20	Ibiporã	39	Frei Tomé (*)
				40	André Breda de Oliveira (*)
	IV - Foro Regional de Rolândia	21	Rolândia	41	São Mateus
				42	Nossa Senhora Aparecida (*)
		22	Pinguicolas		
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá				
	I - Foro Central de Maringá	23	Maringá	43	Iguatemi
				44	Piorão
		24	Doutor Camargo		
		25	Ivanópolis		
		26	Poreci		
		27	Palmeira	45	Água Boa
	II - Foro Regional de Mandaguapé	28	Mandaguapé	46	Pitanga
		29	Ourizona		
		30	São João do Ivaí	47	Copacabana do Norte (*)
	III - Foro Regional de Mandaguari	31	Mandaguari		
	IV - Foro Regional de Mariaiva	32	Mariaiva	48	Açulândia
		33	Itaipó		
	V - Foro Regional de Sarandi	34	Sarandi		
	VI - Foro Regional de Nova Esperança	35	Nova Esperança	49	Barão de Lyra (*)
		36		50	Itaúva (*)
		37	Floral	51	Nova Roca (*)
		38	Presidente Castelo Branco		
		39	Atalaia		
		40	Unifor		

LEGENDA

(*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.

6/8/2012

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
	Cambé		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Ipiorã		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Londrina		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Mandaguçu		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Mandaguari		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Marialva		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Maringá		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Rolândia		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA		
	Sarandi		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
	Nova Esperança		TRANSFERIDA PARA TABELA 1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		

6843/2012

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

CAMBÉ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final
IBIPORÃ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final
LONDRINA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final
MANDAGUAÇU - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final
MANDAGUARI - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final
MARIALVA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final
MARINGÁ - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final
ROLÂNDIA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final
SARANDI - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final
NOVA ESPERANÇA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

6843/2012

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ								
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003								
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V								
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA								
Foro Central de Londrina	Final			25	6	12		43
Foro Regional de Cambé	Final			3	1			4
Foro Regional de Ibiporã	Final			2				2
Foro Regional de Rolândia	Final			3				3
SUBTOTAL		0	0	33	7	12	0	52
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ								
Foro Central de Maringá	Final			15	4	10		29
Foro Regional de Mandaguáçu	Final			1				1
Foro Regional de Mandaguari	Final			1				1
Foro Regional de Marialva	Final			2				2
Foro Regional de Sarandi	Final			2	1			3
Foro Regional de Nova Esperança	Final			2				2
SUBTOTAL		0	0	23	5	10	0	38
Assai								
Assai	Interm.			2			1	3
Bela Vista do Paraíso								
Bela Vista do Paraíso	Interm.			1			1	2
Colorado								
Colorado	Interm.			2			1	3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
ENTRÂNCIA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRIANA							
Foro Central de Londrina			6	1	9		16
Foro Regional de Cambé			1	1		-1	1
Foro Regional de Ibiporã						-1	-1
Foro Regional de Rolândia			1			-1	0
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ							
Foro Central de Maringá			1	1	8		10
Foro Regional de Mandaguari			1				1
Foro Regional de Mandaguari			1				1
Foro Regional de Marialva							0
Foro Regional de Sarandi			1	1		-1	1
Foro Regional de Nova Esperança						-1	-1
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA							
Assaí						1	1
Bela Vista do Paraíso						1	1
Colorado						1	1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 469/12

Projeto de Lei nº. 469/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ, ALTERANDO A LEI ESTADUAL 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003, com o intuito de expandir a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços para a nova Comarca de Pontal do Paraná, desafogando a Comarca de Matinhos, de entrância intermediária.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011 (fls. 04).

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO NELSON JUSTUS
RELATOR

APROVADO

18/09 unânime



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 469/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1203/12 que objetiva criar a Comarca de Pontal do Paraná, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nelson Justus e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito e do cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, totaliza o valor aproximado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para o exercício de 2012, R\$474.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil reais) para o exercício de 2013 e R\$528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

No caso dos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Comarca de Pontal do Paraná, terão as despesas suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2012, e de R\$464.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais) para o exercício de 2013 e de R\$488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2014.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

18/09/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUREA
RELATOR